



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
Pró-Reitoria Administrativa  
Coordenação de Material e Patrimônio  
Comissão Permanente de Licitações

**PREGÃO ELETRÔNICO N°. 90061/2024**

**PROCESSO N° 23110.024236/2024-75**

**CONTRATANTE (UASG)**

Fundação Universidade Federal de Pelotas (154047)

**OBJETO**

Registro de Preços para Aquisição de materiais de construção de uso geral para manutenção predial

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 2.191.292,60**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia **18/12/2024** às **09h** (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

menor preço por item e por grupo

**MODO DE DISPUTA:**

aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

NÃO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Fundação Universidade Federal de Pelotas, por meio do Núcleo de Licitações, sediado na Rua Gomes Carneiro, 01 – Campus Porto, Bairro Centro, Pelotas/RS, CEP 96010-610, telefone (53) 3284-3924, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS com validade de 12 (doze) meses, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133 de 2021](#), do [Decreto nº 11.462 de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para Aquisição materiais de construção de uso geral para manutenção predial, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Nos termos do Art. 21 do Decreto n.º 11.462/2023, **a homologação deste procedimento licitatório não obriga a UFPEL a contratar integral ou parcialmente o objeto licitado**, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

1.3. A licitação será dividida em itens e grupos, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens e/ou grupos forem de seu interesse, sendo que para os grupos deve-se oferecer proposta para todos os itens que os compõem, de acordo com as especificações e quantidades abaixo relacionadas:

Item	Quantidade	Unidade	Código SIASG	Especificação	Valor Unitário Estimado
<b>ITENS AVULSOS</b>					
1	50	LATA C/ 2,8 KG	238506	ADESIVO DE CONTATO DE ALTA RESISTÊNCIA, SEM TOLUOL, EMBALAGEM (LATA) C/ 2,8 KG.	R\$ 163,41
2	20	FRASCO C/ 850 G	238337	ADESIVO PVC EXTRA FORTE VERMELHO, PARA TUBOS E CONEXÕES DE PVC RÍGIDO DE GRANDES DIÂMETROS, EMBALAGEM (FRASCO) C/ 850 G.	R\$ 54,55
3	300	TUBO C/ 280 G	266502	ADESIVO VEDA-CALHA, ASPECTO FÍSICO PASTOSO, APLICAÇÃO CALHAS, TELHAS, RUFOS, PINGADEIRA, INCOLOR, EMBALAGEM (TUBO) C/ 280 G.	R\$ 27,97
4	10	UNIDADE	446878	ALICATE NIVELADOR PISOS E REVESTIMENTOS.	R\$ 52,70
5	250	KG	336023	ARAME GALVANIZADO BWG 16 1,65 MM, ROLO C/ 1 KG.	R\$ 21,76
6	150	KG	452807	ARAME RECOZIDO BWG 18 1,24 MM, ROLO C/ 1 KG.	R\$ 19,96
7	200	M3	216953	AREIA, TIPO LAVADA, GRANULOMETRIA FINA.	R\$ 168,00
8	250	M3	216954	AREIA, TIPO LAVADA, GRANULOMETRIA MÉDIA.	R\$ 121,50

9	200	M2	301299	ASSOALHO MADEIRA IPÊ RAJADO (OU CUMARU) 2 CM X 10 CM X 1,50 M A 4,00 M. (PREÇO POR M2).	R\$ 193,00
10	10	UNIDADE	253690	BOMBA DE ENCHER, TIPO PEDAL, COM MANÔMETRO.	R\$ 45,22
11	30	UNIDADE	248494	BOMBONA PARA COMBUSTÍVEL - 50 LITROS - CERTIFICADA INMETRO, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM ALÇA DE CARREGAMENTO.	R\$ 145,88
12	250	M3	216957	BRITA, ROCHA TRITURADA, TAM. BRITA 1.	R\$ 139,06
13	150	UNIDADE	256537	CADEADO 20 MM, CORPO EM LATÃO MACIÇO, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL CROMADA E DUAS CHAVES.	R\$ 18,20
14	150	UNIDADE	285758	CADEADO 25 MM, CORPO EM LATÃO MACIÇO, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL CROMADA E DUAS CHAVES.	R\$ 22,21
15	150	UNIDADE	454931	CADEADO 45 MM, CORPO EM LATÃO MACIÇO, HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL CROMADA E DUAS CHAVES.	R\$ 43,70
16	150	PEÇA	486205	CAIBRO MADEIRA EUCALIPTO 5 CM X 15 CM X 5,40 A 5,50 M.	R\$ 107,03
17	150	PEÇA	466168	CAIBRO MADEIRA EUCALIPTO 5 CM X 5 CM X 5,40 A 5,50 M.	R\$ 27,21
18	250	PEÇA	444335	CAIBRO MADEIRA EUCALIPTO 5 CM X 7 CM X 5,40 A 5,50 M.	R\$ 38,88
19	150	PEÇA	444803	CAIBRO MADEIRA EUCALIPTO 8 CM X 8 CM X 5,40 A 5,50 M.	R\$ 34,98
20	5	UNIDADE	226380	CAIXA D'ÁGUA, MATERIAL FIBRA VIDRO E RESINA, FORMATO TRONCO-CÔNICO, REVESTIMENTO INTERNO GEL COAT ISOFÍTALICO, TRATAMENTO SUPERFICIAL LAMINADO COM RESINA DE POLIÉSTER, CAPACIDADE 10.000 LITROS, COM TAMPA.	R\$ 4.996,83
21	30	UNIDADE	257504	CAIXA D'ÁGUA, MATERIAL FIBRA VIDRO E RESINA, FORMATO TRONCO-CÔNICO, REVESTIMENTO INTERNO GEL COAT ISOFÍTALICO,	R\$ 651,32

				TRATAMENTO SUPERFICIAL LAMINADO COM RESINA DE POLIÉSTER, CAPACIDADE 1.000 LITROS, COM TAMPA.	
22	50	UNIDADE	237630	CAIXA D'ÁGUA, MATERIAL FIBRA VIDRO E RESINA, TIPO TAÇA, REVESTIMENTO INTERNO GEL COAT ISOFITÁLICO, TRATAMENTO SUPERFICIAL LAMINADO COM RESINA DE POLIÉSTER, CAPACIDADE 500 LITROS, COM TAMPA.	R\$ 383,27
23	30	UNIDADE	290110	CAIXA D'ÁGUA, MATERIAL: POLIETILENO, TIPO: REDONDO, CAPACIDADE: 1.000 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA.	R\$ 352,22
24	20	UNIDADE	441754	CAIXA D'ÁGUA, MATERIAL: POLIETILENO, TIPO: REDONDO, CAPACIDADE: 2.000 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA.	R\$ 1.024,48
25	30	UNIDADE	369403	CAIXA D'ÁGUA, MATERIAL: POLIETILENO, TIPO: REDONDO, CAPACIDADE: 500 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA.	R\$ 224,23
26	150	SACO C/ 20 KG	248941	CAL HIDRATADA, SACO C/ 20 KG.	R\$ 18,38
27	200	SACO C/ 20 KG	216960	CAL VIRGEM COMUM, SACO C/ 20 KG.	R\$ 25,62
28	50	UNIDADE	251053	CÂMARA DE AR 3,25 X 8".	R\$ 17,13
29	30	UNIDADE	379893	CAMPAINHA SEM FIO, ALCANCE DE ATÉ 100 METROS SEM BARREIRAS; RESISTENTE AO CLIMA E MÓDULO INTERNO (CAMPAINHA) BIVOLT AUTOMÁTICO.	R\$ 113,78
30	25	UNIDADE	252330	CARRINHO MÃO, DIMENSÕES (APROXIMADAS): ALTURA DO CARRINHO: 53,6 CM; COMPRIMENTO (RODA AO BRAÇO): 143,50 CM; LARGURA: 62,20 CM; EMPUNHADURAS ERGONÔMICAS; BORDA REFORÇADA; EIXO EM AÇO DE ALTA	R\$ 360,11

				RESISTÊNCIA E BUCHA EM NYLON AUTOLUBRIFICANTE; CAÇAMBA METÁLICA REFORÇADA DE 0,9 MM [CHAPA 20], COM CAPACIDADE PARA 65 L; BRAÇO METÁLICO TUBULAR DE 1,5 MM; PNEU COM CÂMARA 3.5/8". PRODUTO FABRICADO SEGUNDO NORMA ABNT NBR 16269.	
31	1000	SACO C/ 50 KG	233636	CIMENTO PORTLAND, MATERIAL POZOLÂNICO, TIPO CPIV-32, SACO C/ 50 KG.	R\$ 42,68
32	150	EMBALAGEM C/ 100 G	439777	COLA EPOXI, TIPO MASSA EPOXI ADESIVO, PRODUTO BICOMPONENTE, SOLDA A FRIO, MOLDA, FIXA, VEDA E CONSTRÓI DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS, INDICADO PARA METAL, VIDRO, CERÂMICA, CIMENTO, MÁRMORE E PLÁSTICO, EMBALAGEM C/ 100 G.	R\$ 12,08
33	150	FRASCO C/ 1 KG	313078	COLA PARA MADEIRA, ADESIVO PVA, BRANCA, EMBALAGEM (FRASCO) C/ 1 KG.	R\$ 44,04
34	50	UNIDADE	445867	CONTROLE REMOTO COPIADOR 433 MHZ, PARA PORTÃO ELETRÔNICO.	R\$ 30,75
35	50	METRO	356071	CORRENTE DE FERRO GALVANIZADA A FOGO, DIÂMETRO DO ELO 8 MM, DIMENSÃO APROX. 40 MM X 26 MM.	R\$ 37,35
36	50	CONJUNTO	615932	CREMONA LISA, SEM CHAVE, CROMADA, MATERIAL: ZAMAC. CONTEÚDO: - 1 CREMONA LISA; - 6 GUIAS PARA VARETA; - 12 PARAFUSOS.	R\$ 57,33
37	10	UNIDADE	404560	CUBA PROFISSIONAL DE INOX, 50 X 40 X 30 CM.	R\$ 616,63
38	10	UNIDADE	449392	CUBA PROFISSIONAL DE INOX, 60 X 50 X 30 CM.	R\$ 952,94
39	150	UNIDADE	220756	CUMEEIRA ONDULADA INFERIOR ARTICULADA, 6 MM, INCLINAÇÃO DE 10° À 35°.	R\$ 40,67
40	150	UNIDADE	220751	CUMEEIRA ONDULADA SUPERIOR ARTICULADA, 6 MM, INCLINAÇÃO DE 10° À 35°.	R\$ 42,16
41	200	M2	443719	DECK MADEIRA GRÁPIA (OU CUMARU) 2 CM X 10 CM X 1,80 M A 4,00 M (SERÁ ACEITO LARGURA	R\$ 220,50

				ENTRE 7 E 10 CM) (PREÇO POR M2).	
42	200	TUBO C/ 300 ML	456240	DESENGRIPANTE MULTIUSO SPRAY, EMBALAGEM C/ 300 ML.	R\$ 16,20
43	20	UNIDADE	479382	DISCO DE SERRA CIRCULAR 10" (250 MM), COM 80 DENTES, PARA MADEIRA.	R\$ 334,96
44	100	CARTELA C/ 3 UNIDADES	311995	DOBRADIÇA LEVE PINO REVERSÍVEL FERRO GALVANIZADO/ZINCADO 2.1/2", COM PARAFUSOS, CARTELA COM 3 UNIDADES.	R\$ 13,55
45	150	CARTELA C/ 3 UNIDADES	372178	DOBRADIÇA LEVE PINO REVERSÍVEL FERRO GALVANIZADO/ZINCADO 3.1/2", COM PARAFUSOS, CARTELA COM 3 UNIDADES.	R\$ 21,82
46	100	CARTELA C/ 3 UNIDADES	340740	DOBRADIÇA LEVE PINO REVERSÍVEL FERRO GALVANIZADO/ZINCADO 3", COM PARAFUSOS, CARTELA COM 3 UNIDADES.	R\$ 18,74
47	50	PEÇA	442976	DOBRADIÇA, TIPO VAI E VEM 3 POLEGADAS, MATERIAL AÇO, NIQUELADA.	R\$ 80,48
48	200	TUBO C/ 500 ML	389890	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, EMBALAGEM C/ 500 ML.	R\$ 27,66
49	100	UNIDADE	395433	FECHADURA AUXILIAR TETRA DE EMBUTIR, ACABAMENTO CROMADO, ACOMPANHA: 2 CHAVES TETRA, 2 ROSETAS REDONDAS, 1 MÁQUINA COM LINGUETA, 1 TESTA AÇO INOXIDÁVEL, 1 CONTRA-TESTA AÇO INOXIDÁVEL.	R\$ 90,63
50	50	UNIDADE	341929	FECHADURA AUXILIAR TETRA DE SOBREPOR, ACABAMENTO: INOX ESCOVADO, CILINDRO: TRADICIONAL EM ZAMAC, TRINCO: ZAMAC, LINGUETA: ZAMAC, CAIXA, TAMPA, TESTA E CONTRA-TESTA EM AÇO INOXIDÁVEL, ACOMPANHA 4 CHAVES.	R\$ 118,11
51	100	UNIDADE	406257	FECHADURA EXTERNA (CAIXA LARGA) 1200 X 900, ACABAMENTO CROMADO, COM ESPELHO, MAÇANETA TIPO ALAVANCA.	R\$ 66,24
52	150	UNIDADE	354740	FECHADURA EXTERNA, ESPELHO, TESTA E CONTRA-TESTA EM INOX, TAMANHO DA	R\$ 87,48

				MÁQUINA 40 MM, MAÇANETA TIPO ALAVANCA EM ZAMAC, ACOMPANHA 2 CHAVES.	
53	150	UNIDADE	250705	FECHADURA EXTERNA PERFIL ESTREITO, ESPELHO, TESTA E CONTRA-TESTA ACABAMENTO CROMADO, USO INDICADO: PARA PORTAS COM ESPESSURA DE 20 À 40 MM, TIPO DE MAÇANETA: ALAVANCA, MATERIAL DA MAÇANETA: ZAMAC, MATERIAL DA MÁQUINA: ZAMAC, ACOMPANHA 2 CHAVES.	R\$  81,65
54	200	UNIDADE	315501	FECHADURA INTERNA, ESPELHO, TESTA E CONTRA-TESTA EM AÇO ACABAMENTO CROMADO, TAMANHO DA MÁQUINA 40 MM, MAÇANETA TIPO ALAVANCA EM ZAMAC, ACOMPANHA 2 CHAVES.	R\$  54,91
55	300	UNIDADE	310940	FECHADURA, MATERIAL CAIXA: LATÃO, MATERIAL TAMPA: METAL CROMADO OU BRANCO, MATERIAL LINGUETA: LATÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: C/ CHAVE (CHAVE DE UM LADO E PINO DO OUTRO), TIPO TUBULAR, APLICAÇÃO PORTA DE DIVISÓRIA, COMPRIMENTO LINGUETA 90.	R\$  100,14
56	200	UNIDADE	238788	FECHADURA PARA BANHEIRO, PROVADOR OU VESTIÁRIO TIPO TARJETA LIVRE/ OCUPADO, COM ACIONAMENTO DIRETO POR MOVIMENTO DESLIZANTE. ESPECIFICAÇÕES: FABRICADA EM ABS; SINALIZAÇÃO UNIVERSAL VERDE/VERMELHO; ACIONAMENTO TIPO VAI E VEM; ACOMPANHA 3 MODELOS DE CONTRA- TESTA DE ARREMATE PARA DIVERSAS APLICAÇÕES; APLICADA NA MONTAGEM EM TS COM ABERTURA INVERTIDA PARA SANITÁRIO ACESSÍVEL; TARJETA PARA PORTAS COM ESPESSURA DE 8 A 20 MM.	R\$  40,29

57	100	PEÇA	390477	FECHO ALAVANCA FRONTAL MAXIM AR, EM ALUMÍNIO LINHA 25, COM 2 PARAFUSOS, COR NATURAL/PRETO/CINZA (A SER DEFINIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME DEMANDA).	R\$ 26,28
58	50	ROLO C/ 50 M	406322	FITA DE BORDA, COR BRANCA, LARGURA 22 MM X 50 M.	R\$ 27,77
59	30	ROLO C/ 50 M	441542	FITA DE BORDA, COR BRANCA, LARGURA 45 MM X 50 M.	R\$ 72,89
60	50	ROLO C/ 90 M	601711	FITA TELADA PARA DRYWALL ADESIVA, LARGURA 48 A 50 MM X 90 M.	R\$ 35,48
61	50	TUBO C/ 200 ML	243810	GRAFITE, LUBRIFICANTE SECO, TIPO SPRAY, EMBALAGEM C/ 200 ML.	R\$ 12,42
62	10	UNIDADE	440632	GRAMPEADOR MANUAL, CORPO EM ALUMÍNIO, PARA USO EM MARCENARIA. UTILIZA GRAMPOS: 106/4, 106/6, 106/8.	R\$ 63,40
63	20	CAIXA C/ 3.500 GRAMPOS	203147	GRAMPOS GALVANIZADOS, TIPO: 106/6 FIXAÇÃO MADEIRA, PARA USO EM GRAMPEADOR MANUAL. CAIXA COM 3.500 GRAMPOS.	R\$ 16,13
64	30	TUBO C/ 300 ML	309586	GRAXA, LUBRIFICANTE, TIPO SPRAY, COR BRANCA, EMBALAGEM C/ 300 ML.	R\$ 17,82
65	100	BALDE C/ 18 KG	389048	IMPERMEABILIZANTE MANTA LIQUIDA, PARA LAJES TELHADOS, COR BRANCA, EMBALAGEM C/ 18 KG.	R\$ 246,79
66	500	M <sup>2</sup>	457626	KIT COMPLETO DE REDE DE SEGURANÇA, FABRICADA EM POLIETILENO COM NÓ E PRODUZIDO DENTRO DAS NORMAS TÉCNICAS. ACOMPANHAR O KIT COMPLETO: GANCHOS, BUCHAS E CORDA. ESPESSURA DO FIO: 2,2 MM; MALHA: 5 CM; COR BRANCA OU PRETA.	R\$ 16,85
67	50	CONJUNTO	441647	KIT CONCERTINA SIMPLES 30 CM X 10 M. ITENS INCLUSOS: 01 ROLO DE CONCERTINA 30 CM X 10 M, 20 METROS DE ARAME GALVANIZADO, 03 HASTES SUPORTE, 80 GRAMPOS, 01 PLACA DE ADVERTÊNCIA, 01 MANUAL DE FÁBRICA.	R\$ 151,10



68	25	CONJUNTO	343731	KIT DE ACESSÓRIOS P/ PORTA DE CORRER, TIPO SOBREPOR. TRILHO 1,40 M - PORTAS ATÉ 72 CM - ALUMÍNIO NATURAL. ACOMPANHAR: - 02 ROLDANAS CÔNCAVA - 4R ATÉ 80 KG - 02 PARADOR PRÁTICO - 01 GUIA BAIXO ALUMÍNIO - 03 PERFIL SUPERIOR - 04 SUPORTE - EMENDA EXTERNO ALUMÍNIO - PARAFUSOS PARA APLICAÇÃO.	R\$ 245,85
69	100	CONJUNTO	346219	KIT DE REPARO P/ VÁLVULA DESCARGA HYDRA 874 UNIFICADO 1.1/2. - HYDRA VCR (MODELO 2511); - HYDRA LISA I (MODELO 2515); - HYDRA VCE (MODELO 2516 E 2517).	R\$ 74,23
70	200	PEÇA	358275	LÂMINA SERRA MANUAL, AÇO RÁPIDO, 24 DENTES POR POLEGADA, LARGURA 13 MM, COMPRIMENTO 300 MM, APLICAÇÃO ARCO DE SERRA, ESPESSURA 0,65 MM, FLEXÍVEL, RESISTENTE.	R\$ 11,40
71	1000	UNIDADE	468628	LÂMPADA LED TUBULAR T8 18W BIVOLT 3000K 120 CM.	R\$ 10,28
72	2000	UNIDADE	468642	LÂMPADA LED TUBULAR T8 18W BIVOLT 4000k 120 CM.	R\$ 11,89
73	10	UNIDADE	479868	LANÇA CHAMAS PARA BOTIJÃO DE GÁS, 1 REGISTRO.	R\$ 58,83
74	50	EMBALAGEM C/ 5 L	392302	LIMPADOR PÓS-OBRA BIODEGRADÁVEL, EMBALAGEM C/ 5 LITROS.	R\$ 78,38
75	100	ROLO C/ 10 M	238694	MANTA ASFÁLTICA, COMPOSIÇÃO ALUMÍNIO E COMPOSTO ASFALTO MODIFICADO, ACABAMENTO POLIURETANO E ALUMÍNIO, APLICAÇÃO IMPERMEABILIZAÇÃO E REVESTIMENTO EM CANAIS DE IRRIGAÇÃO, COMPRIMENTO 10 M, LARGURA 1 M, ESPESSURA 3 MM.	R\$ 298,30
76	100	UNIDADE	251367	MARCO DE MADEIRA ANGELIM, EXTERNO, 216 CM X 12 CM X 3 CM.	R\$ 239,30
77	300	SACO C/ 500 G	241760	MASSA DE VIDRACEIRO, COMPOSIÇÃO: SULFATO DE CÁLCIO E ÓLEOS VEGETAIS, EMBALAGEM (SACO) C/ 500 G.	R\$ 10,43

78	20	UNIDADE	371120	<p>MOLA DE PISO HIDRÁULICA, PARA PORTA DE VIDRO COM REGULAGEM DE POTÊNCIA EN 1-4 PARA PORTAS ATÉ 1100 MM DE LARGURA E ATÉ 120 KG DE PESO. VERSÁTIL: VELOCIDADE REGULÁVEL, BACK CHECK MECÂNICO E EIXOS INTERCAMBIÁVEIS. ADEQUADAS PARA INSTALAÇÃO EM PORTAS DE AÇO SIMPLES OU DUPLA LH OU RH. VELOCIDADE REGULÁVEL EM DOIS ESTÁGIOS. ABRE EM AMBAS AS DIREÇÕES, PARA DENTRO E PARA FORA. TRAVA A PORTA NA ABERTURA COMPLETA (90°), EM AMBAS AS DIREÇÕES. ACOMPANHA: MANUAL DE INSTRUÇÕES ILUSTRADO; CAIXA METÁLICA PARA EMBUTIR NO PISO; EIXO INTERCAMBIÁVEL SANTA MARINA/BLINDEX, COM PARAFUSO; ESPELHO EM AÇO INOXIDÁVEL COM GRAVATA E PARAFUSOS; CERTIFICADO DE GARANTIA (36 MESES); (REFERÊNCIA: BTS 75V DORMA).</p>	R\$ 887,97
79	20	UNIDADE	371120	<p>MOLA DE PISO HIDRÁULICA, PARA PORTAS COM LARGURA DE ATÉ 900 MM E PESO MÁXIMO DE 80 KG. COM DUAS VÁLVULAS REGULADORAS E DOIS ÂNGULOS DE FECHAMENTO CONTROLADOS. VELOCIDADE DE FECHAMENTO VARIÁVEL NO ÂNGULO DE 130 GRAUS 15 GRAUS. SEGUNDO ÂNGULO DE FECHAMENTO 15 GRAUS 0 GRAUS. PARADA COM ABERTURA A 90 GRAUS (REFERÊNCIA: DORMA BTS60).</p>	R\$ 687,35
80	250	UNIDADE	443888	<p>MOURÃO DE CONCRETO CURVO, 10 x 10 CM, ALTURA 2,60 M, CURVA 0,40 M.</p>	R\$ 77,17
81	30	FRASCO C/ 500 ML	477466	<p>ÓLEO LUBRIFICANTE PARA LUBRIFICAÇÃO DE MOTORES A GASOLINA</p>	R\$ 20,30

				DOIS TEMPOS, EMBALAGEM C/ 500 ML.	
82	10	FRASCO C/ 1000 ML	473722	ÓLEO PARA COMPRESSOR AW 150, VISCOSIDADE ISO 150, EMBALAGEM C/ 1000 ML.	R\$ 29,64
83	25	UNIDADE	276213	PAINEL DE COMANDO ELÉTRICO 60 X 40 X 20 CM, TIPO SOBREPOR, FABRICADO EM AÇO CARBONO COM PINTURA EM EPÓXI, BORRACHA, DOBRADIÇA, PARAFUSOS E FECHO, COR CINZA, USO EXTERNO.	R\$ 310,84
84	100	EMBALAGEM C/ 100 PEÇAS	368937	PARAFUSO PARA TELHA COM ARRUELA DE VEDAÇÃO, ESPESSURA 5/16", COMPRIMENTO 110 MM, EMBALAGEM C/ 100 PEÇAS.	R\$ 135,20
85	10	UNIDADE	334109	PARA RAIÓ POLIMÉRICO PBP 15 KV 5/10KA, S/ SUPORTE.	R\$ 285,69
86	10	UNIDADE	472039	PENDENTE DE LUZ, COM NO MÍNIMO 5 METROS DE FIO PPE PLUG PARA ENERGIA ELÉTRICA 110 OU 220 VOLTS. GRADE PROTETORA COM 17 CM DE ALTURA PARA USO COM DIVERSOS TAMANHOS E TIPOS DE LÂMPADAS TAIS COMO: INCANDESCENTES, LED OU FLUORESCENTES COMPACTAS DE 9 A 20 WATTS.	R\$ 48,26
87	1000	M <sup>2</sup>	444388	PISO CERÂMICO 45 X 45 CM, ESPESSURA MÍNIMA 6,5 MM, COR BRANCO, ACABAMENTO ACETINADO. DEVE APRESENTAR ALTA RESISTÊNCIA AO DESGASTE DO ESMALTE. IDEAL PARA AMBIENTES COMERCIAIS DE BAIXA CIRCULAÇÃO E PARA TODOS OS AMBIENTES RESIDENCIAIS E COM ALTO TRÁFEGO DE PESSOAS.	R\$ 33,23
88	500	M <sup>2</sup>	344033	PISO LAMINADO: PADRÃO/COR: CARVALHO MENPHIS; - TIPO DE INSTALAÇÃO: CLICADO (CLICK); - DIMENSÕES DA RÉGUA: 7 MM (ESPESSURA) X 24,8 CM (LARGURA) X 1,34 M (COMPRIMENTO); - DIMENSÕES DA CAIXA: 6,5 CM X 27,1 CM X 137 CM; - QUANTIDADE DE RÉGUAS NA CAIXA: 09	R\$ 81,48

				RÉGUAS. CAIXA COM 2,99 M2.	
89	500	M <sup>2</sup>	344033	PISO LAMINADO: - PADRÃO/COR: CONCRETO; - TIPO DE MATERIAL: HPP; - TIPO DE INSTALAÇÃO: CLICADO (CLICK);- DIMENSÕES DA RÉGUA: 8 MM (ESPESSURA) X 44,5 CM (LARGURA) X 1,357 M (COMPRIMENTO); - RESISTÊNCIA CLASSE DE ABRASÃO: AC4; - QUANTIDADE DE RÉGUAS NA CAIXA: 04 RÉGUAS. CAIXA COM 2,41 M2.	R\$ 86,42
90	200	M <sup>2</sup>	426669	PISO MOEDA EMBORRACHADO: - COMPOSIÇÃO LÁTEX; - DIMENSÕES: 50 X 50 CM; - ESPESSURA: 4 A 5 MILÍMETROS; - COR PRETO; - 4 PEÇAS: 1 M2.	R\$ 50,85
91	30	UNIDADE	409623	PISTOLA APLICADORA DE SILICONE (CORPO METÁLICO).	R\$ 44,81
92	100	PEÇA	292528	PLACA COMPENSADO NAVAL ESPESSURA 10 MM X 2,20 M X 1,60 M.	R\$ 172,61
93	100	PEÇA	465636	PLACA COMPENSADO OSB ESPESSURA 10 MM X 1,22 M X 2,20 M.	R\$ 119,88
94	100	PEÇA	362847	PLACA MDF LAMINADO BRANCO 2 FACES, ESPESSURA 15 MM X 1,85 M X 2,75 M.	R\$ 201,89
95	100	PEÇA	362826	PLACA MDF LAMINADO BRANCO 2 FACES, ESPESSURA 18 MM X 1,85 M X 2,75 M.	R\$ 259,13
96	100	PEÇA	308921	PLACA MDF NATURAL (CRÚ) ESPESSURA 15 MM X 1,85 M X 2,75 M.	R\$ 172,12
97	50	PEÇA	308918	PLACA MDF NATURAL (CRÚ) ESPESSURA 18 MM X 1,85 M X 2,75 M.	R\$ 188,11
98	50	PEÇA	319787	PLACA MDF NATURAL (CRÚ) ESPESSURA 3 MM X 1,85 M X 2,75 M.	R\$ 71,96
99	25	UNIDADE	446797	PLUGUE INDUSTRIAL 2P+T 16A 200/250V.	R\$ 40,34
100	25	UNIDADE	213289	PLUGUE INDUSTRIAL 2P+T 16A 380/440V.	R\$ 40,04
101	200	M <sup>3</sup>	216970	PÓ DE PEDRA.	R\$ 111,05
102	150	UNIDADE	217174	PORTA CADEADO, ZINCADO, PARA CADEADO 2" (51 MM).	R\$ 7,62
103	150	UNIDADE	217182	PORTA CADEADO, ZINCADO, PARA CADEADO 4" (102 MM).	R\$ 11,89

104	100	UNIDADE	313735	PORTA MACIÇA MADEIRA ANGELIM 0,70 M X 2,10 M.	R\$ 989,67 <b>AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>
105	100	UNIDADE	270066	PORTA MACIÇA MADEIRA ANGELIM 0,80 M X 2,10 M.	R\$ 1.053,75 <b>AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>
106	100	UNIDADE	444432	PORTA MACIÇA MADEIRA ANGELIM 0,90 M X 2,10 M.	R\$ 1.245,00 <b>AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>
107	200	KG	317910	PREGO COM CABEÇA, MATERIAL: AÇO, CABEÇA CHATA, CORPO LISO, PONTA COMUM, BITOLA 17 X 27, EMBALAGEM C/ 1 KG.	R\$ 18,18
108	100	KG	214462	PREGO PARA TELHA, MATERIAL CORPO: ARAME PARA PREGO, MATERIAL CABEÇA: CHAPA METÁLICA, TIPO CORPO: HELICOIDAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL: GALVANIZADO, BITOLA 18 X 36, MATERIAL VEDAÇÃO: ANEL BORRACHA FLEXÍVEL, APLICAÇÃO: TELHA FIBROCIMENTO, EMBALAGEM C/ 1 KG.	R\$ 23,59
109	100	KG	335360	PREGO SEM CABEÇA, MATERIAL: AÇO, TAMANHO 16 X 24, EMBALAGEM C/ 1 KG.	R\$ 18,10
110	50	BALDE C/ 18 L	394533	PRIMER MANTA ASFÁLTICA, INDICADA PARA IMPRIMAÇÃO NA COLAGEM DE MANTAS ASFÁLTICAS, COR PRETA, EMBALAGEM C/ 18 L.	R\$ 183,97
111	25	UNIDADE	458710	PROTETOR SURTO DPS 45 KA 275 V, MONOPOLAR, CLASSE II.	R\$ 40,36
112	100	KG	260234	REJUNTE EPÓXI COR BEGE, PRODUTO BICOMPONENTE, CONSTITUÍDO DE RESINA EPÓXI E ENDURECEDOR, EMBALAGEM DE 1 KG.	R\$ 81,67
113	100	KG	249064	REJUNTE EPÓXI COR BRANCA, PRODUTO BICOMPONENTE, CONSTITUÍDO DE RESINA EPÓXI E ENDURECEDOR, EMBALAGEM DE 1 KG.	R\$ 86,80
114	100	KG	293942	REJUNTE EPÓXI COR CINZA, PRODUTO	R\$ 84,55

				BICOMPONENTE, CONSTITUÍDO DE RESINA EPÓXI E ENDURECEDOR, EMBALAGEM DE 1 KG.	
115	150	EMBALAGEM C/ 5 KG	249065	REJUNTE PARA PORCELANATO, COR PRETA, EMBALAGEM C/ 5 KG.	R\$ 60,80
116	250	PEÇA	444830	SARRAFO MADEIRA EUCALIPTO 2,5 CM X 5 CM X 5,40 A 5,50 M.	R\$ 7,65
117	250	PEÇA	247895	SARRAFO MADEIRA EUCALIPTO 2,5 CM X 7 CM X 5,40 A 5,50 M.	R\$ 10,58
118	100	TUBO C/ 400 G (MIN.)	345273	SELANTE ACRÍLICO PARA VEDAR TRINCAS E RACHADURAS, COR CINZA OU BRANCO, EMBALAGEM (TUBO) C/ 400 G (MIN.).	R\$ 15,84
119	300	TUBO C/ 400 G	478790	SELANTE POLIURETANO PU CONSTRUÇÃO, EMBALAGEM (TUBO) C/ 400 G.	R\$ 21,78
120	200	PEÇA	325083	SENSOR DE PRESENÇA ARTICULADO PARA ILUMINAÇÃO, A SER INSTALADO EM PAREDE, COM ÂNGULO DE DETECÇÃO DE 180°. ALCANCE DE DETECÇÃO DE ATÉ 12 METROS DO SENSOR E FUNÇÃO FOTOCÉLULA. BIVOLT AUTOMÁTICO. POSSUIR TEMPORIZAÇÃO MÍNIMA DE 1 MIN À 7 MIN. KIT DE FIXAÇÃO (BUCHAS E PARAFUSOS) (REFERÊNCIA: ESP 180 - INTELBRÁS OU SIMILAR).	R\$ 32,58
121	200	PEÇA	325084	SENSOR DE PRESENÇA DE SOBREPOR E ARTICULADO PARA INSTALAR NO TETO OU NA PAREDE, EM AMBIENTE INTERNO, POSSUIR FUNÇÃO FOTOCÉLULA. POSSUIR AJUSTE DE LUMINOSIDADE E TEMPORIZAÇÃO MÍNIMA DE 1 MIN À 7 MIN. ÂNGULO DE DETECÇÃO DE 360° E ALCANCE DE ATÉ 5 METROS. BIVOLT AUTOMÁTICO. KIT DE FIXAÇÃO (BUCHAS E PARAFUSOS). (REFERÊNCIA: ESP 360A - INTELBRÁS OU SIMILAR).	R\$ 32,48
122	200	TUBO C/ 280 G	285668	SILICONE PARA VEDAÇÃO, INCOLOR, ADESIVO À BASE DE	R\$ 29,61

				BORRACHA DE SILICONE, CURA ACÉTICA, ANTIFUNGO, VULCANIZA EM TEMPERATURA AMBIENTE, FORMA PELÍCULA ENTRE 10 E 20 MINUTOS E SECA EM 24 HORAS, EMBALAGEM (TUBO) C/ 280 G.	
123	100	UNIDADE	465618	SUPORTE UNIVERSAL PARA PROJETOES, COM BRAÇO PROLONGADOR, PERMITE INCLINAÇÃO E ROTAÇÃO. PRODUZIDO EM AÇO CARBONO E PINTURA ELETROSTÁTICA. TIPO DE SUPORTE: TETO E PAREDE. TIPO DE MATERIAL: AÇO CARBONO. CORES: BRANCA OU PRETA. TIPO DE PINTURA: PINTURA ELETROSTÁTICA. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: SUPORTE PARA PROJETO, BRAÇO PROLONGADOR, MANUAL, KIT DE PARAFUSOS E BUCHAS. CARGA MÁXIMA: 10 KG NO TETO, 5 KG NA PAREDE.	R\$ 115,93
124	50	UNIDADE	346754	SUPORTE UNIVERSAL PARA PROJETO, PERMITE INCLINAÇÃO E ROTAÇÃO. TIPO DE SUPORTE: TETO. TIPO DE MATERIAL: AÇO CARBONO. COR: PRETO OU BRANCO, PINTURA: ELETROSTÁTICA A PÓ. FURAÇÃO COMPATÍVEL: UNIVERSAL. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: SUPORTE PARA PROJETOES, MANUAL, KIT DE PARAFUSOS E BUCHAS.	R\$ 98,41
125	150	PEÇA	248860	TÁBUA DE PINUS, APARELHADA, ESPESSURA MÍNIMA 2,0 CM X LARGURA 20 CM X COMPRIMENTO 2,70 A 3,00 M.	R\$ 23,65
126	150	PEÇA	242335	TÁBUA DE PINUS, APARELHADA, ESPESSURA MÍNIMA 2,0 CM X LARGURA 30 CM X COMPRIMENTO 2,70 A 3,00 M.	R\$ 38,07
127	200	PEÇA	609324	TÁBUA DE PINUS BRUTA, ESPESSURA MÍNIMA 2,0 CM X LARGURA 30 CM X COMPRIMENTO 2,70 A 3,00 M.	R\$ 37,23

128	150	PEÇA	386840	TÁBUA MADEIRA EUCALIPTO 2,5 CM X 15 CM X 5,40 A 5,50 M.	R\$ 21,20
129	150	PEÇA	471799	TÁBUA MADEIRA EUCALIPTO 2,5 CM X 20 CM X 5,40 A 5,50 M.	R\$ 29,00
130	150	PEÇA	452456	TÁBUA MADEIRA EUCALIPTO 2,5 CM X 30 CM X 5,40 A 5,50 M.	R\$ 45,00
131	30	UNIDADE	356015	TANQUE PLÁSTICO, COR BRANCA, CAPACIDADE 20 LITROS, PRODUZIDO EM POLIPROPILENO. ACOMPANHAR VÁLVULA 1.1/4" E PARAFUSOS COM BUCHAS PARA FIXAÇÃO.	R\$ 83,21
132	150	ROLO C/ 25 M	610949	TELA METÁLICA GALVANIZADA, TIPO ALAMBRADO, MALHA 10 CM X 5 CM, FIO 1,9 MM, ALTURA 1,80 M X 25 M.	R\$ 791,68 <b>AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>
133	200	ROLO C/ 25 M	305032	TELA METÁLICA GALVANIZADA, TIPO ALAMBRADO, MALHA 5 CM X 5 CM, FIO 1,65 MM, ALTURA 1,50 M X 25 M.	R\$ 490,13 <b>AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>
134	25	ROLO C/ 50 M	361042	TELA MOSQUITEIRA ANTI INSETO EM NYLON, TAMANHO: LARGURA 1,50 M X 50 M, COR BRANCA OU CINZA.	R\$ 201,65
135	200	METRO	442102	TELA MOSQUITEIRA EM AÇO GALVANIZADO, MALHA 14 FIO 0,25 MM, LARGURA 1,50 M.	R\$ 67,70
136	50	ROLO C/ 50 M	357138	TELA POLIÉSTER ESTRUTURANTE (PARA IMPERMEABILIZAÇÃO), LARGURA 1,50 M X 50 M.	R\$ 626,18
137	50	ROLO C/ 50 M	444795	TELA TAPUME SINALIZAÇÃO, LARGURA 1,20 X 50 M, COR LARANJA.	R\$ 99,60
138	200	UNIDADE	275848	TELHA, MATERIAL FIBRA DE VIDRO, TIPO ONDULADA, COMPRIMENTO 244 CM, LARGURA 110 CM, COR INCOLOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TRANSLÚCIDA, 6 MM.	R\$ 128,06
139	1000	UNIDADE	327584	TELHA, MATERIAL FIBRA DE VIDRO, TIPO ONDULADA, COMPRIMENTO 244 CM, LARGURA 50 CM, COR INCOLOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TRANSLÚCIDA, 4 MM.	R\$ 47,63
140	400	UNIDADE	237554	TELHA, MATERIAL FIBROCIMENTO, TIPO ONDULADA, COMPRIMENTO 244 CM,	R\$ 70,83



				LARGURA 110 CM, ESPESSURA 6 MM.	
141	200	UNIDADE	235861	TELHA, MATERIAL FIBROCIMENTO, TIPO ONDULADA, COMPRIMENTO 366 CM, LARGURA 110 CM, ESPESSURA 6 MM.	R\$ 107,05
142	25	MIL	256509	TIJOLO, MATERIAL BARRO COZIDO, TIPO FURADO, COMPRIMENTO 21 CM, LARGURA 10 CM, ESPESSURA 15 CM, QUANTIDADE DE FUROS 6 UN, COR VERMELHA, APLICAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL. (SERÃO ACEITOS C/ MEDIDAS ENTRE 19X14X9 ATÉ 24X14X11,5 CM).	R\$ 880,36
143	50	MIL	277845	TIJOLO, MATERIAL BARRO COZIDO, TIPO MACIÇO, COMPRIMENTO 20 CM, LARGURA 10 CM, ESPESSURA 5 CM, COR VERMELHA, APLICAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL. (SERÁ ACEITO C/ MEDIDAS ENTRE 19X9X5 ATÉ 22X11X6 CM).	R\$ 1.287,50
144	25	UNIDADE	446601	TOMADA INDUSTRIAL 2P+T 16A 220/240V.	R\$ 41,79
145	25	UNIDADE	446602	TOMADA INDUSTRIAL 2P+T 16A 380/440V.	R\$ 41,72
146	100	UNIDADE	429870	TORNEIRA AUTOMÁTICA DE MESA PARA BANHEIRO, COM BICA ALTA, MODELO: BICA MÓVEL/GIRATÓRIA. POSSUIR ACIONAMENTO MANUAL SOB PRESSÃO E O FECHAMENTO AUTOMÁTICO.	R\$ 145,94
147	50	UNIDADE	369095	TRENA, MATERIAL: AÇO, LARGURA LÂMINA: 25 MM, COMPRIMENTO: 8 M, ENROLAMENTO AUTOMÁTICO, COM TRAVA.	R\$ 32,20
148	50	UNIDADE	615932	VARA PARA CREMONA, EM AÇO INOX OU AÇO CARBONO CROMO, COMPRIMENTO: 120 CM.	R\$ 36,86
149	50	BARRA 12 M	283833	VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO, MATERIAL FERRO, TIPO CA-50, COMPRIMENTO 12 M, BITOLA 1/2", APLICAÇÃO ARMAÇÃO VIGAS/PILARES E LAJES.	R\$ 86,02
150	100	BARRA 12 M	236982	VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO, MATERIAL FERRO, TIPO CA-50, COMPRIMENTO 12 M, BITOLA 3/8", APLICAÇÃO	R\$ 59,85

				ARMAÇÃO VIGAS/PILARES E LAJES.	
151	150	BARRA 12 M	236991	VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO, MATERIAL FERRO, TIPO CA-60, COMPRIMENTO 12 M, BITOLA 4,2 MM, APLICAÇÃO ARMAÇÃO VIGAS/PILARES E LAJES.	R\$ 13,33
152	100	BARRA 12 M	286717	VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO, MATERIAL FERRO, TIPO CA-60, COMPRIMENTO 12 M, BITOLA 5 MM, APLICAÇÃO ARMAÇÃO VIGAS/PILARES E LAJES.	R\$ 20,47
153	100	METRO	247895	VIGA GARAPEIRA MADEIRA GRÁPIA 5 CM X 15 CM (FORNECIDO EM TAMANHO MÍNIMO DE 1 METRO).	R\$ 43,84
<b>LOTE 1</b>					
154	200	PEÇA	617705	ACABAMENTO PERFIL TIPO "U" PARA FORRO PVC, ESPESSURA 8 MM (DESEJÁVEL) X COMPRIMENTO 6,0 M, COR BRANCA.	R\$ 40,60
155	200	PEÇA	444657	ACABAMENTO RODA FORRO (CEMALHA) MEIA CANA PARA FORRO PVC, ESPESSURA 8 MM (DESEJÁVEL) X COMPRIMENTO 6,0 M, COR BRANCA.	R\$ 36,82
156	200	PEÇA	415101	CANTO EXTERNO PARA FORRO PVC, COR BRANCA.	R\$ 4,16
157	200	PEÇA	415102	CANTO INTERNO PARA FORRO PVC, COR BRANCA.	R\$ 3,97
158	50	PEÇA	465737	EMENDA "H" PARA FORRO PVC, COMPRIMENTO 6 M, ESPESSURA 8 MM (DESEJÁVEL), LARGURA MÍNIMA 5 CM, COR BRANCA.	R\$ 62,51
159	800	M <sup>2</sup>	611001	FORRO PVC FRISADO, LARGURA 20 CM X ESPESSURA 8 MM (DESEJÁVEL) X COMPRIMENTO 6,00 M, COR BRANCA (CADA PEÇA 1,2 M2).	R\$ 25,78
<b>LOTE 2</b>					
160	100	PEÇA	348540	PERFIL T PARA EMENDA DE PISO LAMINADO: - PADRÃO/COR: CEREZO CARMEL; - DIMENSÕES 10 MM X 45 MM X 2,10 M; - ESPESSURA 9 MM; - UNIDADE MEDIDA: PEÇA.	R\$ 64,00

161	500	M <sup>2</sup>	344033	PISO LAMINADO: - PADRÃO/COR: CEREZO CARMEL; - TIPO DE MATERIAL: HDF; - TIPO DE INSTALAÇÃO: CLICADO (CLICK); - DIMENSÕES DA RÉGUA: 7 MM (ESPESSURA) X 18,7 CM (LARGURA) X 1,34 M (COMPRIMENTO); - RESISTÊNCIA: MÉDIO TRÁFEGO; - QUANTIDADE DE RÉGUAS NA CAIXA: 10 RÉGUAS. CAIXA COM 2,51 M <sup>2</sup> .	R\$  73,09
162	200	PEÇA	433168	RODAPÉ MDF: - PADRÃO/COR: CEREZO CARMEL; DIMENSÕES: 15 MM X 6 CM X 2,10 M; UNIDADE MEDIDA: PEÇA.	R\$  33,60
<b>LOTE 3</b>					
163	10	PEÇA	237713	BICO DE LIMPEZA, COM BOTÃO ACIONADOR E ROSCA FÊMEA 1/4".	R\$  19,78
164	30	PEÇA	480824	EMENDA RÁPIDA PARA MANGUEIRA 1/2" (UNIR MANGUEIRAS DE 1/2", ATRAVÉS DE SISTEMA DE FIXAÇÃO ROSQUEADO).	R\$  6,43
165	20	PEÇA	480606	ESGUICHO PARA MANGUEIRA 1/2", COM ENGATE RÁPIDO.	R\$  12,27
166	20	PEÇA	342078	ESPIGÃO FIXO PARA MANGUEIRA, ROSCA MACHO 1/4" X 5/16".	R\$  7,30
167	100	METRO	239915	MANGUEIRA 1/4" (4,3 X 6,4 APROXIMADAMENTE), CRISTAL.	R\$  2,51
168	200	METRO	374815	MANGUEIRA DE AR E ÁGUA 300 LIBRAS, 5/16".	R\$  4,39
169	200	METRO	436827	MANGUEIRA DE JARDIM, TIPO FLEXÍVEL, CORES: VERDE, AZUL OU CRISTAL, MATERIAL: POLIÉSTER E PVC, 1/2".	R\$  6,00
<b>LOTE 4</b>					
170	100	PEÇA	386514	DOBRADIÇA DE PRESSÃO CONVENCIONAL PARA MÓVEIS, 35 MM.	R\$  5,05
171	50	UNIDADE	397620	FRISO VEDADOR DE ALUMÍNIO PARA PORTA DE MADEIRA E FERRO, COM MÍNIMO 90 CM DE COMPRIMENTO (MATERIAL: ALUMÍNIO E BORRACHA).	R\$  16,05
172	50	UNIDADE	238103	OLHO MÁGICO PARA PORTA DE MADEIRA DE 26 A 46 MM DE ESPESSURA, COM 200 GRAUS DE	R\$  23,01

				VISIBILIDADE, CROMADO.	
173	30	CAIXA C/ 1000 UNIDADES	480813	PARAFUSO FLANGEADO PHILIPS 3,5 X 25 MM, BICROMATIZADO, EMBALAGEM C/ 1000 UNIDADES.	R\$  52,11
174	10	CENTO	397040	PARAFUSO TIPO GANCHO FECHADO (PITÃO), ZINCADO, PARA BUCHA 6 MM, PACOTE C/ 100 PEÇAS.	R\$  22,61
175	100	PEÇA	373749	PUXADOR P/ MÓVEIS, ARMÁRIOS E GAVETAS EM ZAMAC, 96 MM, CROMADO. ACOMPANHAR PARAFUSOS.	R\$  9,27
<b>LOTE 5</b>					
176	25	UNIDADE	347968	CAVALETE PLÁSTICO PARA SINALIZAÇÃO "PISO MOLHADO". CONTER DESCRIÇÃO: "CUIDADO, PISO MOLHADO"; CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO NA COR AMARELA DE ALTA VISIBILIDADE.	R\$  36,81
177	300	METRO	310244	CORRENTE PARA SINALIZAÇÃO EM POLIETILENO, COR AMARELO/PRETO, ELO GRANDE, DIMENSÕES APROXIMADAS DO ELO: 63 X 35 X 9 MM (SERÁ ACEITO COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 60 X 30 X 8 MM).	R\$  7,37
178	100	ROLO C/ 20 M	298647	FITA ANTIDERRAPANTE PARA ESCADAS E PISOS, COR PRETA FOSFORESCENTE, LARGURA 50 MM X 20 M.	R\$  117,89
179	100	ROLO C/ 100 M	399318	FITA DE SINALIZAÇÃO ZEBRADA, LARGURA 70 MM X 100 M (ROLO), COR PRETO/AMARELO.	R\$  9,18
180	100	UNIDADE	463242	PEDESTAL DE ISOLAMENTO PVC, ZEBRADO (PRETO/AMARELO), ALTURA 90 A 95 CM, DIÂMETRO TUBO 40 A 50 MM, DIÂMETRO BASE: 20 A 22 CM.	R\$  33,45

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam na Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), exceto para os itens 104, 105, 106, 132 e 133, que são destinados à ampla participação.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
  - 4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário do item;
  - 5.1.2. Marca;
  - 5.1.3. Fabricante.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item anterior.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, **com apenas duas casas decimais**. Caso o lance tenha mais de duas casas decimais, a proposta deverá ser ajustada desconsiderando a terceira e quarta casa após a vírgula, de forma que o valor fique com no máximo duas casas decimais.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1% (um ponto percentual)*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de



classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.21.2.2. empresas brasileiras;
- 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.21.3. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que tratam os itens 6.21.1 e 6.21.2, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme modelo de apresentação de proposta previsto no Anexo III, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5.1. **A fim de verificar a compatibilidade do produto ofertado com o que foi solicitado no termo de referência, deverá ser encaminhado, juntamente com a proposta atualizada, catálogo com as especificações técnicas do produto ofertado.**

6.22.5.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA APLICAÇÃO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA

7.1. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.2.1. conter vícios insanáveis;

8.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.3.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.3.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de

sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1 e 4.5 deste edital.

9.6. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.6.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.7. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.7.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.8.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail.

9.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados

na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.14. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.14.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.17. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

9.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.16.1.

9.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

9.23. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.24. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos

licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.25. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A ata de registro de preços será assinada pela UFPel por meio da assinatura eletrônica constante no termo de homologação.

10.2. A ata de registro de preços, conforme Anexo II do edital, deverá ser enviada pela empresa vencedora **após o encerramento da fase de julgamento das propostas**, de acordo com o que segue:

10.2.1. Ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal;

10.2.2. Conter o nome, telefone e e-mail (endereço eletrônico) da Empresa;

10.2.3. Conter a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.3. Após o encerramento da fase de julgamento das propostas, o licitante mais bem classificado, será convocado para enviar a ata de registro de preços, devidamente assinada, no prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

10.3.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

10.4. A Ata, devidamente assinada e enviada pelo fornecedor, não carece de assinatura por parte da UFPel, uma vez que, conforme cláusula 10.1, a assinatura da UFPel se dá por meio de assinatura eletrônica, no termo de homologação, constante do Comprasnet.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será realizado o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;



ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação de acesso a ser realizada pelo e-mail [cpl.ufpel@gmail.com](mailto:cpl.ufpel@gmail.com).

## 13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

- 13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 13.1.5. fraudar a licitação
- 13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 13.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 13.2.1. advertência;
- 13.2.2. multa;
- 13.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de



responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### 14. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail [cpl.ufpel@gmail.com](mailto:cpl.ufpel@gmail.com).

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### 15. **DO REAJUSTE**

15.1. Após o interregno de um ano, a contar da homologação da ata, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

15.1.1. A data-base a ser utilizada para a aplicação do reajuste será a data do orçamento mais antigo utilizado na composição do valor estimado da licitação.

15.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

#### 16. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. Em caso de divergência entre as especificações do objeto constantes neste Edital e as disponibilizadas pelo sistema do Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerão as do Edital.
- 16.11. Os produtos objetos deste Pregão deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário Capão do Leão s/nº, CEP 96160-000, Bairro Jardim América, Capão do Leão/RS, salvo se especificado de modo diverso na Nota de Empenho, dentro dos limites territoriais dos municípios de Pelotas e Capão do Leão.
- 16.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.ufpel.edu.br](http://www.ufpel.edu.br).
- 16.13. Após a fase de lances, toda e qualquer comunicação da UFPel com a licitante poderá ocorrer por correio eletrônico (e-mail), sendo obrigação da empresa manter o cadastro atualizado no SICAF. O endereço de e-mail para contato utilizado na comunicação poderá ser aquele cadastrado no SICAF ou o e-mail cadastrado na Proposta enviada após a fase de lances.
- 16.13.1. A empresa, quando notificada via e-mail, deverá confirmar o recebimento do mesmo. Caso contrário, o prazo concedido para resposta começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.
- 16.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.14.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 16.14.2. ANEXO II - Ata de Registro de Preço;
- 16.14.3. ANEXO III - Modelo de Apresentação de Proposta.

Pelotas, 05 de dezembro de 2024.

Ana Simeonidis

Pregoeiro(a)

Revisado por:

Priscila Gonçalves Marchand

Chefe do Núcleo de Licitações

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Em mídia apartada**

**ANEXO II**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90061/2024

PROCESSO Nº 23110.024236/2024-75

A Fundação Universidade Federal de Pelotas, situada na Rua Gomes Carneiro nº 01, Pelotas / RS, inscrita no CNPJ sob o nº 92.242.080/0001-00, representada pela Reitora Isabela Fernandes Andrade, nomeado pelo Decreto de 05 de janeiro de 2021, publicado em 06/01/2021 no D.O.U., seção 02, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90061/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2023 e Decreto nº 11.462/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Aquisição materiais de construção de uso geral para manutenção predial, especificado no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 90061/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a Fundação Universidade Federal de Pelotas.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. DA VALIDADE DA ATA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, para formalização da ata de registro de preços, serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela.

5.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.7. Após o encerramento da fase de julgamento das propostas, o licitante mais bem classificado, será convocado para enviar a ata de registro de preços devidamente assinada, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de desclassificação.

5.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.8. A Ata, devidamente assinada e enviada pelo fornecedor, não carece de assinatura por parte da UFPel, uma vez que a assinatura da UFPel se dá por meio de assinatura eletrônica, no termo de homologação, constante do Comprasnet.

5.9. A ata de registro de preços será disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso a comunicação ocorra antes do envio da nota de empenho.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado

em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.5.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, caso a comunicação ocorra antes do envio da nota de empenho.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo

de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

\_\_\_\_\_,  
(Local e data)

### Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO III  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90061/2024  
PROCESSO Nº 23110.024236/2024-75

A empresa \_\_\_\_\_ (razão social), devidamente inscrita sob o CNPJ nº. \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, apresenta a seguinte proposta comercial:

Item	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor global							
Valor global por extenso							

Nos valores propostos acima, estão inclusos todos e quaisquer encargos inerentes ao fornecimento do objeto desta proposta, tais como: tributos, taxas, transportes, carregamento, descarregamento, encargos sociais, trabalhistas, frete, seguro, e outros que, direta e indiretamente, incidam sobre o perfeito e integral cumprimento da proposta apresentada.

O prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

Proponente: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_  
Estado: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Razão Social/CNPJ / Representante Legal/Assinatura



\*Observação: Não preencher dados pessoais do responsável legal da empresa (ex: CPF, RG), em razão da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018).

**Indicação do Modelo da AGU utilizado nesta licitação:**

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: maio/2023

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA GONCALVES MARCHAND, Chefe, Núcleo de Licitações**, em 05/12/2024, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2882752** e o código CRC **52351397**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
Rua Gomes Carneiro nr. 01, - Bairro Centro, Pelotas/RS, CEP 96010-610

## PRA TERMO DE REFERÊNCIA NOVA AQUISIÇÃO S/CONTRATO

Processo nº 23110.024236/2024-75

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DE USO GERAL PARA MANUTENÇÃO PREDIAL (REFORMAS E INTERVENÇÕES DE BAIXA E MÉDIA COMPLEXIDADE) nos Campi de Pelotas e Capão do Leão, nos termos da relação de itens, constante no Pedido nº 5461/2024 [2787315], preenchido no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Existe a necessidade de aquisição por lote?

(X) Sim ( ) Não

1.4.1. Em caso afirmativo, justificar:

1.4.1.1. Quanto aos Lotes 1 (itens 154 a 159) e 2 (itens 160 a 162): os materiais assemelhados foram divididos em lotes, pois nem todos os fornecedores trabalham com todas as linhas de materiais. Com a afinidade por lote de materiais, é possível concluirmos etapas de determinadas tarefas com pontualidade, haja vista que a entrega de um determinado lote permanece todo o tempo vinculada a determinado fornecedor. Nesse ponto, as vantagens seriam o maior nível de controle do delegador da tarefa, a maior interação entre as diferentes fases do empreendimento, a maior facilidade no cumprimento de prazos estabelecidos, a concentração da responsabilidade pela execução da tarefa em uma só pessoa bem como a garantia dos resultados.

1.4.1.2. Quanto aos Lotes 3 (itens 163 a 169), 4 (itens 170 a 175) e 5 (itens 176 a 180): também há situações em que alguns itens foram agrupados por lotes com o objetivo de aumentar o interesse dos licitantes, tendo em vista apresentarem valores unitários considerados baixos.

1.5. Trata-se de uma aquisição processada através de sistema registro de preços?

(X) Sim ( ) Não

1.5.1. Em caso negativo, justificar:

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: 92242080000100-0-000001/2024

2.2.2. Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

2.2.3. Id do DFD da demanda: 417/2024

2.2.4. Classe/Grupo:

2.2.4.1. 8040 - ADESIVOS;

2.2.4.2. 4320 - BOMBAS MANUAIS E MECÂNICAS;

2.2.4.3. 2610 - PNEUS E CÂMARAS DE AR, EXCETO OS DE AERONAVES;

2.2.4.4. 4010 - CORRENTES E CABOS DE AÇO;

2.2.4.5. 6310 - SISTEMA DE SINALIZAÇÃO DE TRÁFEGO E TRÂNSITO;

2.2.4.6. 4510 - DISPOSITIVOS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS;

2.2.4.7. 7930 - COMPOSTOS E PREPARADOS PARA LIMPEZA E POLIMENTO;

2.2.4.8. 9999 - ITENS DIVERSOS;

2.2.4.9. 5110 - FERRAMENTAS MANUAIS DE CORTE, NÃO ACIONADAS POR FORÇA MOTRIZ;

2.2.4.10. 3433 - EQUIPAMENTO PARA SOLDA A GÁS, CORTE POR AQUECIMENTO E DE METALIZAÇÃO;

2.2.4.11. 5330 - GAXETAS E OUTROS MATERIAIS PARA VEDAÇÃO;

2.2.4.12. 9150 - ÓLEOS E GRAXAS PARA CORTE, LUBRIFICAÇÃO E SISTEMAS HIDRÁULICOS;

2.2.4.13. 5210 - INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO PARA ARTÍFICES;

2.2.4.14. 5340 - FERRAGENS DIVERSAS;

2.2.4.15. 8110 - TAMBORES E LATAS;

2.2.4.16. 4720 - MANGUEIRAS E TUBULAÇÕES FLEXÍVEIS;

2.2.4.17. 4240 - EQUIPAMENTO PARA SEGURANÇA E SALVAMENTO;

- 2.2.4.18. 5335 - TELAS METÁLICAS;
- 2.2.4.19. 9390 - PRODUTOS DIVERSOS NÃO METÁLICOS;
- 2.2.4.20. 5660 - CERCAS, GRADES E PORTÕES;
- 2.2.4.21. 7195 - MOBILIÁRIOS DIVERSOS E ACESSÓRIOS;
- 2.2.4.22. 6210 - APARELHOS DE ILUMINAÇÃO ELÉTRICA DE USO INTERNO E EXTERNO;
- 2.2.4.23. 5999 - COMPONENTES ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DIVERSOS;
- 2.2.4.24. 6350 - SISTEMAS DIVERSOS DE SINALIZAÇÃO, ALARME E DETECÇÃO PARA SEGURANÇA;
- 2.2.4.25. 6110 - EQUIPAMENTOS DE CONTROLE ELÉTRICO;
- 2.2.4.26. 5920 - FUSÍVEIS INTERRUPTORES, ISOLANTES E PROTETORES;
- 2.2.4.27. 7220 - REVESTIMENTOS PARA PISOS;
- 2.2.4.28. 5610 - MATERIAIS DE ORIGEM MINERAL PARA CONSTRUÇÃO, A GRANEL;
- 2.2.4.29. 9505 - ARAMES DE FERRO E DE AÇO, NÃO UTILIZÁVEIS EM ELETRICIDADE;
- 2.2.4.30. 5935 - CONECTORES ELÉTRICOS;
- 2.2.4.31. 5315 - PREGOS, CHAVETAS E PINOS;
- 2.2.4.32. 5345 - DISCOS E PEDRAS ABRASIVOS;
- 2.2.4.33. 9330 - ARTIGOS DE PLÁSTICO;
- 2.2.4.34. 5620 - VIDROS, TELHAS, TIJOLOS E BLOCOS PARA CONSTRUÇÃO;
- 2.2.4.35. 8030 - COMPOSTOS PRESERVATIVOS E VEDANTES;
- 2.2.4.36. 9510 - BARRAS E VERGALHÕES DE FERRO E DE AÇO;
- 2.2.4.37. 3920 - EQUIPAMENTOS NÃO AUTOPROPULSIONADO PARA MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS;
- 2.2.4.38. 5306 - PARAFUSOS SEM PORCA;
- 2.2.4.39. 5530 - COMPENSADOS E FOLHEADOS;
- 2.2.4.40. 5520 - ESQUADRIAS;
- 2.2.4.41. 5650 - MATERIAIS PARA TELHADOS E REVESTIMENTO DE PAREDES;
- 2.2.4.42. 5670 - COMPONENTES PRÉ-FABRICADOS PARA CONSTRUÇÃO;
- 2.2.4.43. 4730 - ACESSÓRIOS E FERRAGENS ESPECIAIS PARA MANGUEIRAS, CANOS E TUBOS;
- 2.2.4.44. 4940 - EQUIPAMENTO ESPECIALIZADO DIVERSOS PARA OFICINA DE MANUTENÇÃO E REPARO;
- 2.2.4.45. 3460 - ACESSÓRIOS PARA MÁQUINAS-FERRAMENTAS;
- 2.2.4.46. 5975 - FERRAGENS E SUPRIMENTOS DE ELETRICIDADE;
- 2.2.4.47. 5640 - PAINEL DE PAPELÃO, PAPEL EMPREGADO EM CONSTRUÇÃO E MATERIAIS DE ISOLAMENTO TÉRMICO;
- 2.2.4.48. 7510 - ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO;
- 2.2.4.49. 5510 - TÁBUAS E ARTIGOS CORRELATOS À BASE DE MADEIRA;
- 2.2.4.50. 9905 - CARTAZES, MOSTRUÁRIOS E PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO;
- 2.2.4.51. 6240 - LÂMPADAS ELÉTRICAS.

2.2.5. Identificador da Futura Contratação: Após a consolidação do PCA, não é possível consultar os itens que compõem cada grupo de contratação no PNCP.

2.3. Justifica-se o pretendido objeto em virtude da necessidade de manter-se controle sobre o fornecimento de materiais de consumo destinados a manutenção predial dos Imóveis da Universidade Federal de Pelotas. A necessidade de aquisição destes materiais se justifica devido às demandas rotineiras de manutenção predial nos Campi de Pelotas e Capão do Leão (reformas e intervenções de baixa e média complexidade), a cargo da Superintendência de Infraestrutura.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A aquisição destes materiais de uso comum prende-se ao fato de manter-se sempre vigentes os Pregões de materiais de uso contínuo nas manutenções gerais que ocorrem nos prédios do Campus Capão do Leão e Campi dispersos de Pelotas.

3.2. A especificação do objeto foi elaborada com atenção para não prejudicar a competição entre os licitantes do certame, mas com os elementos mínimos necessários e suficientes para assegurar a qualidade do objeto pretendido e, assim, o gasto racional de recursos públicos.

3.3. O objeto pode ser considerado bem comum, pois foi possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto e descritos de forma objetiva no instrumento convocatório, sem acarretar prejuízos à qualidade dos serviços e, tampouco, ao interesse público. Assim, a licitação será realizada por meio da modalidade de licitação Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço.

3.4. A descrição da solução como um todo encontra-se em consonância com o indicado nos Estudos Técnicos Preliminares, anexados aos autos do presente processo.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4.1. Sustentabilidade**

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, no que couber, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1.1. bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- 4.1.1.2. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 4.1.1.3. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2. Foi exigido práticas de sustentabilidade? ( ) Sim (X) Não

4.2.1. Justifique: Essas aquisições não promovem impacto ambiental representativo, desde que observadas as recomendações de soluções economicamente viáveis previstas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU.

4.3. **Indicação de marcas ou modelos** ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

4.3.1. Não se aplica.

4.4. **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.4.1. Não se aplica.

4.5. **Da exigência de amostra**

4.5.1. Não se aplica.

5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. **Condições de Entrega**

5.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 [trinta] dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 [dez] dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.1.3.1. Locais de entrega serão dentro dos limites dos Municípios de Capão do Leão e Pelotas, entre a Seção de Manutenção do Campus Capão do Leão (SMCL), Campus Universitário, s/nº, Prédio 27 e a Seção de Manutenção dos Campi Pelotas (SMPEL), Rua Gomes Carneiro, nº 1, Pórtico de Entrada, respectivamente, conforme ficar definido quando da emissão da(s) Nota(s) de Empenho.

5.1.4. O horário para entrega dos bens deverá ser acordado previamente com os telefones de contato que constam na nota de empenho.

5.2. **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

6.1. **Recebimento**

6.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.2. **Liquidação**

6.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

6.2.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.2.2.1. o prazo de validade;
- 6.2.2.2. a data da emissão;
- 6.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 6.2.2.5. o valor a pagar; e
- 6.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### 6.3. Prazo de pagamento

6.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

6.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

### 6.4. Forma de pagamento

6.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento

6.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### 6.5. Cessão de crédito

6.5.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

6.5.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido

de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

6.5.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

6.5.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 7.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### 7.2. Forma de fornecimento

7.2.1. O fornecimento do objeto será **parcelado** (entrega conforme a necessidade da Unidade).

### 7.3. Exigências de habilitação

7.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### 7.3.1.1. Habilitação jurídica

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#);

f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

i) **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#);

j) **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165);

k) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 7.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou

outra equivalente, na forma da lei;

7.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### 7.5. Qualificação Técnica

7.5.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.5.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.5.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.5.4. Justifica-se a exigência de qualificação técnica em decorrência de procurar qualificar os licitantes e buscar empresas e produtos que atendam os critérios de qualidade exigidos pela instituição.

#### 7.6. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

7.6.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

7.6.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.6.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.6.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

7.6.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

7.6.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

7.6.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### 8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.191.292,60 (dois milhões, cento e noventa e um mil duzentos e noventa e dois reais e sessenta centavos), conforme custos unitários apostos no Pedido nº 5461/2024 [2787315], preenchido no Cobalto.

8.2. O valor estimado foi obtido com base em pelo menos três orçamentos, em conformidade Art. 6º, §5º, da IN Seges nº 65/2021?

(X)Sim ( )Não

8.2.1. Em caso negativo, justificar:

8.3. Caso o preço, de todos os itens ou de algum deles, tenha sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, deverá ser certificado que o valor estimado não é superior à mediana do item nos sistemas consultados, conforme preconiza o art. 6º, §6º, da IN SEGES nº 65/2021. Para comprovar esta verificação foi anexada a tela inicial da busca no pannel de preços que indica o valor mediano, antes de fazer a escolha das atas?

(X)Sim ( )Não

8.3.1. Em caso negativo, justificar:

8.4. Foram utilizados **apenas** os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, do art. 5º, da Instrução Normativa nº065/2021/SEGES (I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente; II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 9 (nove) meses anteriores à data da pesquisa de preços (a alteração no prazo indicado na IN justifica-se pela necessidade de tempo hábil para tramitar internamente o processo e as atas estarem válidas até a publicação do certame no site do comprasgovernamental), inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;)?

( )Sim (X)Não

8.4.1. Em caso negativo, justificar: Levando em consideração a hierarquia dos parâmetros para determinação dos preços de referência num processo licitatório dos itens do artigo 5º da IN 65/2021 e de modo a atender aos preceitos da legislação, verificou-se que nos itens existentes em contratações similares, os preços estavam abaixo do mercado, devido às negociações realizadas durante os certames eletrônicos. Desta forma, não foi possível priorizar a pesquisa nos parâmetros I e II, fazendo-nos recorrer a pesquisa junto a empresas especializadas: dados de pesquisa publicada em mídia especializada (orçamento de lojas online), conforme inciso III IN 65/2021 e Pesquisa direta com fornecedor/prestador de serviço, inciso IV IN 65/2021, para definição do preço de referência.

8.5. Teve alguma pesquisa de preço realizada diretamente com fornecedor?

(X)Sim ( )Não

#### Em caso afirmativo responder as questões que seguem:

8.5.1. O prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação? (Art. 5º e §2º, inc. I, da IN Seges 65/2021)

(X)Sim ( )Não



8.5.1.1. Em caso negativo, justificar:

8.5.2. Consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita?

( )Sim (X)Não

8.5.2.1. Em caso negativo, justifique: as empresas consultadas responderam à solicitação.

8.5.3. Qual a justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN Seges 65/2021:

Nos casos de consulta direta a fornecedor, em específico com relação a madeiras, foram consultados potenciais fornecedores locais, em busca de expandir a pesquisa mercadológica.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

- 9.2.1. UGR: 154144 - SUPERINTENDENCIA DE INFRAESTRUTURA;
- 9.2.2. Esfera Orçamentária: 1 - ORCAMENTO FISCAL;
- 9.2.3. Fonte de Recursos: 1000000000 - RECURSOS LIVRES DA UNIAO;
- 9.2.4. Programa de Trabalho: 230927 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR;
- 9.2.5. Natureza de Despesa: 339030 - MATERIAL DE CONSUMO;
- 9.2.6. Plano Interno: MINFRQ0103N - INFRA ESTRUTURA - GESTAO PREDIAL (CUSTEIO).

9.3. A dotação orçamentária relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada na Nota de Empenho.

10. CERTIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

10.1. Certifico que foram atendidas as regras e os procedimentos previstos na IN da SEGES/ME nº081/2022, de 25 de novembro de 2022.

10.2. Certifico que foi utilizado o modelo de minuta padrão da Advocacia-Geral da União para o termo de referência , e que as as alterações necessárias nas redações consideradas invariáveis de acordo com a minuta foram justificadas conforme segue:

Cor do texto	Indicação
preto	Texto modelo original da AGU
grifado em amarelo	Modificações feitas pela Unidade e/ou pela CMP/PRA
grifado em verde	Texto incluído pela Unidade
grifado em azul	Texto incluído pela CMP (em relação ao modelo original da AGU)

- I - **Id do item no PCA:** após a consolidação das demandas para a formação do PCA a Unidade Demandante não consegue localizar o seu item individual. A UFPel trabalha com as demandas das Unidades de forma descentralizada o que inviabiliza a indicação da identificação do item no PCA, desta forma a Unidade Demandante está indicando o número do DFD correspondente a sua demanda.
- II - **Item Qualificação Econômico-Financeira** foi suprimida tendo em vista a natureza e complexidade do objeto, que não demandam tal exigência.
- III - **Item Modelo de Gestão de Contratos** foi suprimido pois este termo de referência trata de aquisições sem a formalização de um instrumento contratual.
- IV - [...]

Indicação do Modelo da AGU utilizado nesta aquisição:  
Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Atualização: dezembro/2023  
Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico



Documento assinado eletronicamente por **LUIS ANTONIO BORGES TEIXEIRA, Chefe, Seção de Suporte à Manutenção**, em 14/10/2024, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2787260** e o código CRC **2631F85C**.